

CONGRESSO

22 MAI 1985

# Sarney quer retomar iniciativa e convocará a Constituinte

por Helena Dalto  
de Brasília

O governo já tem uma tática para manter-se à frente das demais propostas que tratam da Assembleia Nacional Constituinte: vai negar quórum de dois terços no Congresso durante votação da emenda do deputado Gastone Righi (PTB-SP), no dia 12 de junho, e enviar mensagem ao Legislativo convocando a Constituinte para 1986, instituindo também a data para sua instalação.

A decisão foi tomada ontem pelo presidente José Sarney, durante a reunião com os líderes políticos do PMDB e do PFL, no Palácio do Planalto. A data do envio da mensagem presidencial convocando a Constituinte ainda não foi definida, mas a emenda deverá ser enviada ao Congresso no mês de junho e votada no próximo semestre, informaram os líderes do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, e do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga.

O presidente José Sarney não pedirá urgência para a votação de sua emenda, pois ontem foi afastada a hipótese de a mensagem presidencial ser anexada em uma das emendas que tramitam pelo Congresso, a serem votadas no dia 12 do próximo mês. Além da emenda Gastone Righi, está na pauta de votação a emenda do deputado Alberto Goldman (PMDB-SP). Ambas propõem transformar em Constituinte o Congresso eleito no próximo ano.

A decisão do governo de evitar aprovação da emenda Gastone Righi não tem por objetivo atropelar a iniciativa do líder do PTB, tampouco é prática ou ca-

## Comissão aprova mudanças

por Carlo Iberê de Freitas  
de Brasília

A Comissão Interpartidária que estuda as modificações na lei dos partidos políticos esteve reunida ontem, mas não aprovou muitas modificações: faltou quórum quando da votação do item que trata da ajuda financeira externa aos partidos políticos. A comissão aprovou modificações em relação à forma de filiação, à disciplina e às finanças partidárias.

Segundo o deputado João Gilberto (PMDB-RS), a partir de agora a filiação não passa mais pela Justiça Eleitoral, o partido vai apenas comunicar à Justiça e dar recibo ao filiado. Diz o deputado que vale a última filiação e que

os estatutos partidários poderão prever filiação especial de militantes não eleitores, inclusive jovens maiores de 16 anos, e definir, seus direitos e deveres partidários. A validade da filiação será contada a partir da data de filiação.

Outra modificação aprovada é em relação à ética e à disciplina partidária, que segundo a nova lei, fica a cargo dos estatutos de cada partido, que apurará e punirá a violação dos deveres partidários.

Também pela nova lei continua vedado aos partidos receber auxílio de pessoa ou entidade estrangeira, autarquias e empresas públicas. Fica para hoje o parágrafo referente a auxílios provenientes de empresa privada, entidade de classe ou sindical.

suísmo da Velha República, explicou Pimenta da Veiga. "Ninguém está atropelando ninguém. Não podemos esquecer que a Constituinte se sobrepõe a decisões isoladas de partidos e do próprio Legislativo; é uma proposta ampla que deve partir da iniciativa do Executivo", afirmou.

Além de não querer perder o controle sobre uma iniciativa da Nova República, a principal bandeira da campanha eleitoral que elegeu Tancredo Neves, o governo indica também uma razão para não apoiar as emendas Gastone Righi e Alberto Goldman: as matérias estão ultrapassadas e, conseqüentemente, incompletas quanto a decisões sobre a participação dos senadores eleitos em 1982 na Constituinte de 1986.

As duas emendas não atendem aos requisitos necessários para a convocação da Constituinte. A principal falha é a omissão quanto ao destino dos senadores eleitos em 1982. "E-

les serão ou não constituintes?", indaga o senador Fernando Henrique Cardoso, afirmando ainda que as emendas foram feitas no ano passado e que "o País mudou muito de lá para cá".

Fernando Henrique observou, contudo, que a iniciativa dos deputados é válida, tendo ele próprio, no ano passado, apoiado a emenda de Righi. A posição do governo, todavia, é clara: "Os partidos de oposição não vão levar nada, quem vai levar é o Brasil", disse Cardoso.

Antes de enviar a mensagem de convocação da Constituinte, o presidente José Sarney e as lideranças parlamentares do governo vão negociar amplamente com líderes e dirigentes de todos os partidos a iniciativa do Executivo. As reformas que devem antecipar a convocação da Constituinte nas leis de Segurança Nacional, de Greve, Imprensa e dos Estrangeiros, além do cronograma e detalhamento da Assembleia, se-

rão conduzidas pelo presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, e representam o chamado pacto político.

"O pacto político não significa conciliação nem governo de união nacional. É um acordo entre os partidos para dar ordenamento e viabilizar as reformas políticas e institucionais", explicou Fernando Henrique Cardoso. O pacto também não tem por objetivo atropelar o papel da oposição, particularmente do PDS: "Não se trata de um pacto para apoiar o governo. A oposição continuará sendo oposição", completou o senador.

A comissão constitucional, presidida pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco, deve ser formada antes da votação da emenda do presidente José Sarney, informou Fernando Henrique. A estrutura da comissão ainda não foi definida pelo governo, mas será anunciada tão logo Sarney envie a mensagem ao Congresso.

## "A emenda Righi é imperfeita"

por Márcio Chaer  
de Brasília

A única forma que o Poder Executivo terá de participar da Constituinte será na sua convocação. E por isso que a Aliança Democrática negará quórum, a partir do dia 12 de junho, à votação da proposta de emenda constitucional do deputado Gastone Righi.

No Congresso, porém, a explicação dada pelos líderes governistas é de que a emenda do deputado é "imperfeita". Na explicação do deputado Pimenta da Veiga, "como a emenda já recebeu parecer contrário na comissão que a examinou, ela não poderá ser alterada — a não ser para supressões, o que não resolve nada".

O argumento, entretanto, não convenceu a oposição. "O que eu puder fazer para que haja número para a vo-

tação, eu farei", declarou o candidato derrotado à Presidência da República, deputado Paulo Maluf. O líder do PDT no Senado, Roberto Saturnino, por sua vez, disse ao repórter Carlo Iberê de Freitas não entender por que "justamente numa hora em que o governo está disposto a prestigiar o Congresso tome uma iniciativa que demonstra o contrário".

Contrariado, o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, autor da emenda, protestou contra o esvaziamento da iniciativa parlamentar: "O que não está certo é o método — é o mesmo da Velha República", sentenciou.

Essa decisão do governo foi apontada por Paulo Maluf como um indício de que o pacto político proposto pelo presidente José Sarney "é um nome pomposo

para não definir nada". A respeito desse colegiado a ser composto pelas forças políticas nacionais, Maluf informou ainda que pretende analisar as propostas a serem colocadas — "não vamos dar um cheque em branco, visado, ao portador", definiu etc.

Na reunião dos líderes da Aliança Democrática com o presidente José Sarney, o proclamado "pacto político" foi melhor explicitado. "Será uma via adjetiva e não uma via substantiva", informou Pimenta da Veiga, que traduziu suas próprias palavras: "Essa comissão indicará caminhos a serem estudados em seu mérito por outras instâncias, como o Congresso, por exemplo". Dessa forma, a comissão apenas determinará a ordem das reformas legais. Nesse cronograma, a critério dos membros do "pacto", po-

derá entrar a Lei de Greve, a Lei de Segurança Nacional e, entre outras, a Lei de Imprensa.

"No que toca às reformas em curso, o Conselho Político resolveu ontem firmar posição a favor de que as eleições neste ano (capitais, municípios que deixaram de ser considerados área de segurança nacional, municípios de territórios e estâncias hidromineiras) sejam todas pelo sistema de dois turnos. Essa tese encontra adversários dentro do próprio PMDB, na Frente Liberal e no PTB, mas é considerado "o método mais democrático" pelo governo. Ao final do encontro, atendendo a um pedido do deputado Pimenta da Veiga, informou que assinará todas as nomeações para o segundo escalão em torno das quais já haja consenso no âmbito da Aliança Democrática.